

EPISTEMICÍDIO E BIOPOLÍTICA EM UM CORPO NEGRO, DE LUBI PRATES

EPISTEMICIDE AND BIOPOLICY IN UM CORPO NEGRO, BY LUBI PRATES

EPISTEMICIDIO Y BIOPOLÍTICA EM UM CORPO NEGRO, DE LUBI PRATES

Raíza Hanna Saraiva Milfont¹

Resumo: A partir dos poemas “para este país” e “e ainda que” pertencentes à obra *um corpo negro* (2018), da autora paulistana Lubi Prates, o artigo cria um diálogo entre as enunciações formais e metafóricas dos textos da poeta e os conceitos de epistemicídio, enunciados por Boaventura Sousa Santos (1995) e alargados por Sueli Carneiro (2005); bem como do conceito de biopolítica, a partir de Michel Foucault (1999), no intuito de mostrar como os versos da autora cria uma voz poética que representa o estatuto do Outro, a partir do entendimento do Não-ser – aquele que é subjugado através de um processo incessante de produção de indignância e de desqualificação como sujeito cognoscente, sob o dispositivo da racialidade. Conclui-se que os poemas de Lubi Prates revelam que o corpo negro, em nossa sociedade, é um corpo ainda desprovido de valor e do direito a uma subjetividade.

Palavras-chave: Poesia contemporânea. Epistemicídio. Biopolítica. Dispositivo da racialidade. Lubi Prates.

Resumen: A partir de los poemas “para este país” y “ainda que” pertenecientes a la obra *um corpo negro* (2018), de la autora Lubi Prates, el artículo crea un diálogo entre las enunciaciones formales y metafóricas de los textos de la poeta y los conceptos de epistemicidio, enunciados por Boaventura Sousa Santos (1995) y ampliados por Sueli Carneiro (2005); así como el concepto de biopolítica, basado en Michel Foucault (1999), con el fin de mostrar cómo los versos de la autora crean una voz poética que representa el estatus del Otro, a partir de la comprensión del No-ser - aquello que se somete a través de un incesante proceso de producción de indignancia y descalificación como sujeto conocedor, bajo el dispositivo de la racialidad. Se concluye que los poemas de Lubi Prates revelan que el cuerpo negro, en nuestra sociedad, es un cuerpo aún desprovisto de valor y de derecho a la subjetividad.

Palabras clave: Poesía Contemporánea. Epistemicidio. Biopolítica. Dispositivo de racialidad. Lubi Prates.

Summary: Based on the poems “para este país” and “e ainda que” belonging to the book *um corpo preto* (2018), by Lubi Prates, the article creates a dialogue between the formal and metaphorical enunciations of the poet’s texts and the concepts of epistemicide, enunciated by Boaventura Sousa Santos (1995) and expanded by Sueli Carneiro (2005); as well as the concept of biopolitics, based on Michel Foucault (1999), in order to show how the author's verses create a poetic voice that

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: raizahanna@gmail.com. ORCID: 0000-0002-8281-9743.

represents the status of the Other, based on the understanding of Non-being - that which is subjugated through of an incessant process of producing indigence and disqualification as a knowing subject, under the device of raciality. It is concluded that Lubi Prates' poems reveal that the black body, in our society, is a body still devoid of value and the right to subjectivity.

Key words: Contemporary poetry. Epistemicide. Biopolitics. Device of raciality. Lubi Prates.

A poesia contemporânea parece fazer morada num terreiro de disputa e contestação. Um terreno que não permanece mais apenas nas mãos das oligarquias historicamente apossadas. A poesia da agoridade – termo cunhado por Haroldo de Campos (1997) – já tem suas bases fincadas, paredes levantadas e começa a adentrar, com seu mobiliário, num campo político onde as margens finalmente são ouvidas. Não um comprado por um só homem, mas um terreno em constante reconquista por muitos e muitas, e dividido por todos e todas. Um lugar aberto para temáticas, identidades, subjetividades, histórias e corpos, os mais diversos.

Lubi Prates, poeta, tradutora e editora paulistana, chega para reclamar o lugar das mulheres e negros nesse terreiro poético contemporâneo com *um corpo negro*, livro publicado em 2018 pela *nosotros, editorial*, onde a própria poeta é coeditora com outras duas mulheres. *um corpo negro* fala do já anunciado em seu título, desse corpo que, pela cor da pele, foi e continua sendo expulso de todos os terrenos que habitou ou que venha a habitar, ainda que, reclame seu lugar. Um corpo que sofre todos os dias com o dispositivo da biopolítica (FOUCAULT, 1999) e de um dos seus principais elementos constitutivos, o epistemicídio (CARNEIRO, 2005). Um corpo ainda diaspórico, que sobrevive mesmo sentindo que não tem um lugar onde quer que vá. A obra faz uma costura de 21 poemas que navegam os oceanos temáticos do corpo negro e feminino que, cada vez mais, se insurgem abdicando usucapião desse terreiro que permanece sendo-lhes usurpado.

Em especial, dois poemas parecem tratar da temática de maneira contundente: *para este país* e o que vem em sua sequência, sem título, mas que aparece no sumário com seu primeiro verso *e ainda que*. Ambos poemas se interligam de maneira tão bem suturada, inclusive lexicalmente, que aparentam a priori serem um só. Um recurso certamente usado pela autora para causar a impressão de continuidade ou complementariedade nos poemas. Segue o primeiro deles em toda a sua extensão:

para este país
eu traria

os documentos que me tornam gente

os documentos que comprovam: eu existo
parece bobagem, mas aqui
eu ainda não tenho esta certeza: existo.

para este país
eu traria

meu diploma os livros que eu li
minha caixa de fotografias
meus aparelhos eletrônicos
minhas melhores calcinhas

para este país
eu traria
meu corpo

para este país
eu traria todas essas coisas
& mais, mas

não me permitiram malas

: o espaço era pequeno demais

aquele navio poderia afundar
aquele avião poderia partir-se

com o peso que tem uma vida.

para este país
eu trouxe

a cor da minha pele
meu cabelo crespo

meu idioma materno
 minhas comidas preferidas
 na memória da minha língua

para este país
 eu trouxe

meus orixás
 sobre a minha cabeça
 toda a minha árvore genealógica
 antepassados, as raízes

para este país
 eu trouxe todas essas coisas
 & mais

: ninguém notou,
 mas minha bagagem pesa tanto.

(PRATES, 2019, p. 27-28)

O primeiro ponto a ser notado no poema de Lubi Prates é a escolha pelo verso livre, modelo que vem sendo seguido após o movimento modernista e tem se espalhado pela poesia brasileira desde então. O ritmo em seu verso livre, no entanto, não é completamente imprevisível ou “inesperado como o da vida do homem contemporâneo” (GOLDSTEIN, 2005), mas ensaia um certo ritmo cantante que parece ser guiado pelo dístico “para este país / eu traria” que se configura uma hora em “para este país / eu trouxe”, modificando a conjugação do verbo “trazer” do segundo verso no decorrer do poema. Verbo, inclusive, que se destaca como um dos termos-chave do texto, junto de “país” e “corpo”, mas que, sem dúvida é o trilho que leva o poema, e que muda a direção de sua rota conforme sua conjugação. Falemos disso um pouco mais a frente.

A escolha da autora por tal estrutura demonstra que a vida da mulher negra segue sendo não tão inesperada assim. Segue sendo uma vida que está estruturalmente destinada a um ciclo de repetições, uma vida não-linear que, geração após geração, esbarra com as mesmas dificuldades, uma vida anafórica, seja *neste país*, o Brasil, ou qualquer outro, sendo que no caso do Brasil, onde o

poema de Prates se localiza geograficamente – mas não unicamente – a mulher negra sofre uma violência simbólica de maneira especial, a partir do mito da democracia racial e da sua reencenação através do carnaval, onde ela se transfigura de doméstica para rainha, para a “mulata deusa do meu samba”, conforme nos alerta Lélia Gonzalez (1984, p. 228). Trazendo um ciclo de repetições na vida dessas mulheres.

O verso livre é acompanhado de uma escolha lexical e semântica também casual, onde as orações são iniciadas em minúsculas e a pontuação só é usada em marcações específicas. Dizendo o que se quer dizer, sem hierarquias. O poema se inicia com a apresentação de uma voz poética que abre uma fissura no tempo, uma fissura do que o passado poderia ter sido, segundo a sua subjetividade. A marcação do verbo *trazer* no futuro do pretérito do modo indicativo (*traria*), coloca, imediatamente, o eu lírico em uma posição de indignação por um fato passado, do que, já estando *neste país*, ela traria.

Segue-se uma segunda estrofe composta de quatro versos onde a dúvida da existência da voz poética enquanto gente, se instaura. Nessa estrofe ela conta que, o que traria àquele país em que está agora, seria seus documentos para, através desses papéis – e só através desses papéis – ter a certeza que existe enquanto ser humano: “os documentos que me tornam gente / os documentos que comprovam: eu existo / parece bobagem, mas aqui / eu ainda não tenho esta certeza: existo.” O substantivo *bobagem* aparece como um adorno de amplificação racional a respeito da ideia de que só através de um papel, o eu lírico pode ter a certeza de sua própria existência.

Esse lugar de contestação de sua existência, através dos documentos, ou seja, dos papéis que a tornem gente nos remete ao passado colonial brasileiro, mas não se limitando a ele, nos remete ainda ao racismo do momento presente. A primeira estrofe já nos leva, de imediato, ao conceito de epistemicídio de Sueli Carneiro (2005,) elaborada em sua tese de doutorado, organizada através da primeira formulação de Boaventura Sousa Santos (1997), na qual se mostra como um “processo de destituição da racionalidade, da cultura e civilização do Outro” (CARNEIRO, 2005, p. 96). Alargando o conceito de Sousa Santos em sua tese, Carneiro nos recorda que “É o conceito de epistemicídio que decorre, na abordagem deste autor sobre o *modus operandi* do empreendimento colonial, da visão civilizatória que o informou, e que alcançará a sua formulação plena no racialismo do século XIX” (CARNEIRO, 2005, p. 96). A voz poética de Lubi Prates em seus versos “parece bobagem, mas aqui / eu ainda não tenho certeza: existo.”, nos lembra a máxima que Carneiro elabora e que fundamenta o título da sua tese²: “O Não-ser assim construído afirma o Ser. Ou seja,

² O título da tese de Sueli Carneiro, e sua proposição filosófica na área da educação, é *A construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser* (2005).

o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: auto-controle, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização³” (CARNEIRO, 2005, p. 99).

Após a repetição da primeira estrofe, ainda em futuro do pretérito “para este país / eu traria”, segue-se uma nova quadra de versos que exemplificam os materiais palpáveis, ou as coisas, que seriam trazidas “para este país”. Aqui, o poema traz marcadores sociais que subscrevem quem é, ou pelo menos quem foi, a voz poética que nos fala, através de elementos palpáveis, as matérias, as coisas que circundam aquela subjetividade: “meu diploma”; “os livros que eu li”; “minha caixa de fotografias”; “meus aparelhos eletrônicos”; “minhas melhores calcinhas”. Todos esses pertences aparecem como marcadores de: instrução escolar e intelectual; documento/prova existencial por imagem; pertencimento ao mundo contemporâneo; gênero feminino. Portanto, é na quarta estrofe em que se inscreve uma apresentação mais formal, e material, a respeito do eu lírico do poema.

Na estrofe em que se segue, a voz poética enseja agora o corpo, o seu corpo, como o elemento totalizante e arrematador: “para este país / eu traria / meu corpo”. Como se o corpo fosse enfim a representação de toda a sua subjetividade, como se o corpo fosse onde se acaba e onde se começa a ser gente, como se fosse o corpo seu pertence – dentre todos os outros pertences – o que mais lhe afirma enquanto pessoa. Porém, esse corpo não foi de fato trazido. Ele ficou num interlúdio do que poderia ter sido trazido, mas não veio: “para este país / eu traria todas essas coisas / & mais, mas // não me permitiram malas // : o espaço era pequeno demais”. Aqui, cabe-nos lembrar da conceituação de epistemicídio de Boaventura Sousa Santos (1995), ao qual Carneiro atualizará, e que falaremos logo mais adiante. Porém, em sua primeira definição, o autor português aponta:

O genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio, porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista. (SANTOS, 1995, p. 328 apud CARNEIRO, 2005, p. 96).

³ Tais características do Ser pleno, definidas por Carneiro em tal citação é um conjunto de “parâmetros de aferição para o julgamento e validação do *quantum* de racionalidade” trazido por diferentes pensadores clássicos ocidentais, como Kant e Hegel, conforme o que discute durante o terceiro capítulo de seu trabalho. Segundo a autora, o conjunto compreende “auto-controle (domínio de si), como condição do sujeito moral; domínio da natureza, como condição de desenvolvimento das técnicas, do progresso, da ciência e do desenvolvimento humano”, e determina que “Serão esses, pois, os eixos essenciais de valoração dos diversos grupos humanos” (CARNEIRO, 2005, p. 98).

Portanto, para Sousa Santos, o epistemicídio foi utilizado junto do genocídio dos povos que foram categorizados como Outro, como Não-ser, durante a colonização europeia. Mas o poema de Prates (2019), prossegue: “aquele navio poderia afundar / aquele avião poderia partir-se // com o peso que tem uma vida.”, finaliza um primeiro tomo do poema. Neste momento final, podemos unir dois momentos temporais através, novamente, das coisas materiais, dos elementos tecnológicos: o passado, no navio; o presente, no avião. Aqui ficamos sabendo que o peso da vida a que se levou imigrando “para este país” nos tempos das navegações do início da Era Moderna, continua o mesmo peso-sem-espaco para os imigrantes do mundo contemporâneo. Tal correlação desses períodos históricos é abordada em toda a obra da poeta, onde ela traz a contínua imigração dos corpos negros e das minorias como um todo, e a imigração em massa acontecida na diáspora africana durante a colonização escravocrata da América. É aqui, nessa interligação de passado e presente que o poema nos oferece, que cabe-nos trazer a atualização do conceito de epistemicídio de Sueli Carneiro, para quem

[...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, *um processo persistente* de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (CARNEIRO, 2005, p. 97, grifo nosso).

Sendo, então, o epistemicídio, na visão da filósofa brasileira, “um processo persistente”, ele continua acontecendo na presentidade. De volta ao poema de Prates (2019), percebemos que a alegoria do peso se soma à presença dos meios de transporte do passado e do presente abrindo uma porta para o que se segue. “para este país / eu trouxe”, tornando agora a fissura do tempo em um tempo acontecido, e não mais acontecível (como era no futuro do pretérito do modo indicativo – *traria*). No pretérito perfeito do verbo *trazer*, a voz poética revela que trouxe “a cor da minha pele / meu cabelo crespo / meu idioma materno / minhas comidas preferidas / na memória da minha língua”. Nesta quintilha, aparecem outros pertences que adornam a voz poética, porém aqueles intangíveis, ou não exatamente materiais. Ainda que a cor da pele e o cabelo crespo sejam palpáveis no mundo real, aqui, nesse espaço poético, eles aparecem mais como signos, carregados de simbologias históricas, culturais e sociais. E ainda que não se diga qual cor é essa *cor da minha pele*, o ornato do cabelo crespo a colore, antes que se diga: preta. Enquanto ao idioma, que se destaca pelo espaço vazio entre as palavras, materno, parece surgir como uma ênfase na maternidade da língua, e não em sua paternidade, uma vez que um outro poema anterior do mesmo livro indaga: “como chamar de / pátria // o lugar onde nasci // esse útero geográfico / que me

pariu // como chamar de / pátria // o lugar onde nasci // se parir é uma / possibilidade apenas feminina” (PRATES, 2017, p. 21).

Depois da repetição de mais um dístico de “para este país / eu trouxe”, o quarteto que se segue são de mais elementos não-palpáveis, e dessa vez muito mais metafísicos: “meus orixás / sobre a minha cabeça / toda minha árvore genealógica / antepassados, as raízes”. Neste momento, a identidade afrodescendente aparece por completo com a presença dos orixás, e traz também um punhado de tradição com a presença do mito. O encontro com essa identidade negra é fortalecido através da ancestralidade familiar que aparece forte, vigorante, com raízes profundas. Interessante neste ponto apelar para uma dicotomia. Para a cultura e sociedade branca, o valor de uma árvore genealógica pesa muito, o sobrenome que se tem e a família a que se pertence é característica de hierarquia social ainda na contemporaneidade. Mas quando essa raiz provém da África negra, o valor é outro, ou nulo.

Todos esses pertences não-materiais foram possíveis de trazer (“para este país / eu trouxe todas essas coisas / & mais”), apesar de parecer não ter havido valor nenhum atribuído ao que foi trazido “: ninguém notou, mas minha bagagem pesa tanto.” O peso que tem uma vida, que poderia afundar o navio ou partir o avião não é só aquele peso dos instrumentos materiais que são carregados pelo corpo, ou o próprio corpo em si, o peso é também do que acompanha o corpo, do que está tatuado na pele do espírito, na energia que emana sob e sobre o corpo. A bagagem que pôde ser trazida, mesmo que se pese tanto quanto a que não se pôde trazer, não é notada, é dispensada como se é dispensado o corpo negro e o sujeito cognoscente que ele carrega, uma vez que o epistemicídio “é uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela *assimilação cultural* que em outros casos lhe é imposta” (CARNEIRO, 2005, p. 97, grifo nosso).

O segundo poema, que segue imediatamente depois de *para este país*, é sem dúvida, um complemento do primeiro. Um complemento que quebra não só o ritmo temporal que estava sendo levado na tessitura do poema anterior ao usar um novo modo verbal, mas que também rompe com a estrutura rítmica que o poema anterior conseguia trazer apesar de seus versos livres, sendo, a partir desse novo modo verbal, a temática mesma, entrando em uma nova configuração que arremata e esclarece o que estava sendo dito no anterior. Segue o segundo poema por completo:

Ele não me viu com a roupa da escola, mãe?

Marcos Vinicius da Silva, 14 anos,

assassinado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro

e ainda que
eu trouxesse

para este país

meus documentos
meu diploma
todos os livros que li
meus aparelhos eletrônicos ou
minhas melhores calcinhas

só veriam
meu corpo

um corpo
negro.

(PRATES, 2019, p. 29)

A quebra contextual do novo poema, ainda que intimamente ligado ao primeiro, chega com uma epígrafe. A fala de Marcos Vinicius da Silva, de 14 anos, assassinado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, fato e notícia verídica que a autora cola no início do poema, vem como um desmembramento da voz poética. Ao notarmos que o poema é uma continuação do primeiro, sabemos que a epígrafe chega como um deslocamento não-deslocamento. Ao falar pela voz de outra pessoa, desse outro corpo infantil negro alvejado, a voz poética traz a subjetividade do outro para si mesma, dizendo que esse outro corpo negro é uma extensão de seu próprio corpo. Aqui, é necessário que retornemos à biopolítica, dispositivo da racialidade, conceituada por Foucault, em sua *Aula de 17 de março de 1976*, onde, ao abordar o nascimento do racismo de Estado e o direito de vida e de morte que ao soberano pertence, o filósofo entende uma transformação no direito político a partir do século XIX, alegando que se antes o soberano “deixava viver e fazia morrer”,

agora ele “faz viver e deixa morrer” (FOUCAULT, 1999, p. 287)⁴. A poeta Lubi Prates, ao fazer a colagem da frase dita pela criança negra morta pela polícia (“Ele não me viu com a roupa da escola, mãe?”), nos mostra a contradição do próprio Estado que, *faz viver* o subalterno, dando-lhe escola, mas o *deixa morrer*, através do sucateamento da polícia militar do Rio de Janeiro, e da banalização da vida negra perpetrado por ela. Mas que também, ainda e ao mesmo tempo – conforme Foucault, que argumenta que tal novo poder não substituirá o antigo, mas vai penetrá-lo – *deixa*, o subalterno, *viver* e, o *faz morrer*.

Ao iniciar o poema em si abrindo um novo modo verbal para o verbo *trazer*, que agora aparece no pretérito imperfeito do subjuntivo, levando a ação para um lugar de dúvida e de desejo: “e ainda que eu trouxesse / para este país [...] // só veriam / meu corpo // um corpo / negro.”, entendemos o que concluía Sueli Carneiro (2005, p. 106): “Nesta concepção, raça e cultura são categorias estruturais que determinam hierarquias que só podem ser plenamente legitimadas, se puderem [...] instituir e naturalizar em uns, uma consciência de superioridade, e em outros, uma consciência de inferioridade”, sendo, na lógica europeia, a inferioridade do negro, algo natural, junto de sua indigência cultural e moral.

Ao final, a certeza se faz através da afirmação da realidade “nua e crua” da sociedade. Ainda que trouxesse todos aqueles mesmos pertences palpáveis e impalpáveis que a tornam gente, todos os pertences burocráticos e que tem a capacidade de serem marcadores sociais de intelectualidade, de instrução, de gênero e de classe social, ainda assim a sociedade só conseguiria ver aquele corpo, como um corpo negro. Um corpo sem subjetividade. Um corpo vazio de valor.

Considerações finais

Concluímos, então, que poemas contemporâneos de autores e autoras negros como os aqui apresentados – “para este país” e “e ainda que”, composições do livro *um corpo negro* de Lubi Prates – carregam mensagens imprescindíveis não só para entendermos as demandas da literatura brasileira e de autoria negra contemporânea hoje, mas também para refletirmos a realidade da

⁴ Foucault argumenta: “[...] Em certo sentido, dizer que o soberano tem direito de vida e de morte é um direito que é estranho, estranho já no nível teórico; com efeito, o que é ter direito de vida e de morte? Em certo sentido, dizer que o soberano tem direito de vida e de morte significa, no fundo, que ele pode fazer morrer e deixar viver [...] Quando se vai um pouco mais além e, se vocês quiserem, até o paradoxo, isto quer dizer no fundo que, em relação ao poder, o súdito não é, de pleno direito, nem vivo nem morto” (1999, 286), mas depende da vontade do soberano. E complementa: “E eu creio que, justamente, uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu, *não digo exatamente em substituir*, mas em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer e deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassa-lo, modifica-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: o poder de ‘fazer’ viver e de ‘deixar’ morrer” (1999, p. 287, grifo nosso).

vivência preta hoje no Brasil e no mundo, apontando para conceitos como os de *biopolítica* (Michel Foucault) e *epistemicídio* (Sueli Carneiro/Boaventura de Sousa Santos), fundamentais para a crítica, bem como para a agência, dos corpos negros, seja dentro das letras, da teoria, seja da prática, ou da práxis.

Referências

CAMPOS, Haroldo. Poesia e modernidade: da morte da arte à constelação. O poema pós-utópico. In: CAMPOS, Haroldo. **O Arco-Íris Branco**. Rio de Janeiro: Imago, 1997. p. 243-269.

CARNEIRO, Sueli. "Do epistemicídio". In: **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo, USP, 2005. Tese Doutorado. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2023.

FOUCAULT, Michel. "Aula de 17 de março de 1976". **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ppgjs.uff.br/wp-content/uploads/sites/81/2021/06/Em-defesa-da-Sociedade.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2023.

GOLDSTEIN, Norma. **Versos, sons e ritmos**. São Paulo: Ática, 2005.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

PRATES, Lubi. **um corpo negro**. 2 ed. São Paulo: nosotros, editorial, 2019.

SANTOS, S. Boaventura. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

Recebido em: 21/2/2024

Aprovado em: 14/6/2024